

Governo espera obter equilíbrio das contas em 97

O GLOBO

Ministério da Fazenda diz que meta é alcançar superávit primário de 1,5% do Produto Interno Bruto

Givaldo Barbosa

• BRASÍLIA. A União espera obter um superávit primário (que não considera os juros da dívida) de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 97, graças à ajuda da Previdência Social e dos estados e municípios, que deverão sair do déficit para um equilíbrio em suas contas. A conta fecharia com superávit primário de 1% do Tesouro Nacional e de 0,5% das companhias estatais.

— Este desempenho será suficiente para equilibrar a relação entre dívida e PIB. O aumento real da dívida não será superior ao crescimento da economia — garantiu ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que não quis fazer maiores comentários sobre as previsões de analistas de que o país terá em 97 um déficit operacional (que inclui os juros da dívida) entre 2,5% e 3% do PIB.

De acordo com as previsões do Governo, a relação dívida/PIB se manterá estável mesmo com o pagamento de dívidas que não eram reconhecidas e por isso não entravam nas estatísticas.

— Os esqueletos poderão ser compensados com os recursos da privatização que vão entrar no caixa em 97 — disse Parente.

A situação dos estados teve

uma piora significativa em 96, o que, segundo Parente, não deverá se repetir em 97. O Governo começou o ano acreditando num pequeno superávit primário nas contas estaduais, mas até setembro o buraco era de R\$ 4,381 bilhões, ou 0,79% do PIB.

Deste total, 41% foram financiados pela Caixa Econômica Federal através de empréstimos para pagamento de salários atrasados e programas de demissão voluntária. A emissão de títulos para quitar precatórios judiciais respondeu por mais 20% do déficit de R\$ 4,3 bilhões até setembro. Os 40% restantes correspondem a dívidas que os estados fizeram junto a outros bancos e organismos internacionais.

Para o secretário, os empréstimos aos estados para pagamento de folhas em atraso e com programas de demissão voluntária são águas passadas, enquanto os títulos para liquidação de precatórios não vão aumentar, devido a uma fiscalização mais rígida. A possibilidade de os estados voltarem a se endividar, pedindo dinheiro junto a outras instituições financeiras, é descartada por Parente.

— Os acordos que estão sendo assinados têm parâmetros para o

crescimento da dívida que não permitem que o estado assuma compromissos acima do que já vem pagando — disse o secretário.

A expectativa do Governo é de que a Previdência repita em 97 o equilíbrio que conseguiu nos últimos meses de 96. Esse desempenho reverte o resultado da Previdência Social que vinha sendo deficitário. Para as estatais, a previsão é de que as medidas de redução de custeio tomadas em outubro e os cortes nos subsídios sejam suficientes para assegurar o resultado positivo de 0,5% do PIB.

Mesmo com um superávit de 1% do produto, o Tesouro não terá recursos para realizar todas as obras previstas no Orçamento, porque a receita prevista tem uma frustração de cerca de R\$ 3 bilhões. É que a inflação de 13% calculada pelo Governo na elaboração do Orçamento ficará em torno de 7%. Isso causa uma perda de receita, que exigirá do Tesouro contenção de gastos.

— Vamos fazer o contingenciamento através do decreto trimestral de gastos que foi utilizado em 96. Isso é melhor do que controlar gastos na boca do caixa — disse Parente. ■



PEDRO PARCENTE: empréstimo para pagamento de folha é coisa do passado